

ANDAR COM OS PRÓPRIOS PÉS... ¹

Eric Sachs

I

O que é uma política operária nas condições concretas das lutas de classes no país? Esta pergunta chegou a ser recolocada praticamente em toda mudança de conjuntura, quando surgiram mudanças de condições de luta. Foi colocada por nós dentro de um contexto político fundamental, que visava a necessidade da libertação do proletariado brasileiro da tutela da burguesia, da formação de uma classe politicamente independente e oposta à política burguesa, e da sua transformação — conforme as palavras de Marx — em uma classe para si.

Salientamos tratar-se de um processo histórico, produto da evolução da própria sociedade capitalista, o qual não dependia só de nós e da nossa atuação. Nós tínhamos um papel neste processo, na medida em que contribuíssemos para acelerá-lo e empurrá-lo para frente. Chegamos a definir esta tarefa fundamental como nossa "**linha estratégica**".

Ressaltamos também que a classe operária tinha progredido nos últimos vinte anos em direção à sua independência política e orgânica, mas que ainda se encontrava no meio do caminho. A fundação do PT e da CUT testemunhou isto. O passo decisivo, porém, ainda não foi dado. O proletariado tinha ainda de aprender a andar com os próprios pés. As últimas eleições e a situação sindical em seu conjunto mostram ao lado do progresso, as limitações do mesmo até agora.

Uma linha estratégica é válida enquanto os objetivos que visa não tiverem sido atingidos. Enquanto isto não se der, ela determina a nossa situação política diária, a nossa tática. Queremos analisar aqui, sob este ângulo, a situação criada com a campanha das eleições diretas.

II

Queremos deixar claro que esta campanha, desencadeada e liderada por forças burguesas, falhou, sobretudo por uma avaliação errada das relações políticas e sociais em jogo. Dissemos "avaliação errada", mas no fundo a questão é mais complexa, pois por trás dos "erros" pesam interesses de classes.

"Eleições diretas para presidente" foi a fórmula apresentada para uma campanha que visava a liquidação da ditadura militar que dominava o país desde o golpe de 1964. E o que devia ser o capítulo final do regime militar, foi apresentado como um problema meramente parlamentar. Se a oposição no Congresso conseguir maioria, a democracia será restabelecida... A tarefa era convencer deputados e senadores.

O curioso nesta situação foi que em nenhum momento se levantou cogitações sobre a atuação e reação do inimigo. Será que ele se conformaria com uma possível derrota parlamentar? E quando se levantavam vozes lembrando que o governo mantinha sólida maioria no Senado, os "otimistas" não se deixaram abalar - se a Câmara aprovar, o Senado será forçado a seguir o exemplo. E praticamente ninguém perguntou

¹ Escrito por Eric Sachs ("Ernesto Martins") em fevereiro de 1985; foi o último texto do autor destinado a publicação antes da sua morte, o que ocorreu em 9 de maio de 1986. . Esta versão foi digitalizada e revisada em out/2007, com base na coletânea "*Andar com os Próprios Pés*", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994.

se as Forças Armadas acatariam de fato uma derrota no Congresso. Há, entretanto, bastantes indícios que desmentiam esta possibilidade.

A estratégia dos altos comandos das três Armas, seguida pelo Governo, prevê uma retirada lenta e gradual das posições conquistadas em 1964 e reforçadas em 1968. O que a oposição estava exigindo era uma debandada destas posições. E os militares sabiam que uma debandada, uma vez iniciada, não se sabe onde e quando pára. Não estavam dispostos a correr este risco. E muita gente já esqueceu o papel dos altos comandos por ocasião da explosão do Rio-Centro, quando estes proibiram virtualmente o presidente da República a seguir a pista dos conspiradores.

O que achamos errado não foi o fato de se ter exigido a debandada, mas os métodos usados para consegui-la. Comícios ordeiros e pacíficos, sem outro meio de pressão, evidentemente não bastam para isso. Uma força oposicionista que renuncia conscientemente a qualquer escalada do conflito, priva-se dos meios de pressão. Até os garimpeiros de Serra Pelada sabiam da necessidade de métodos mais radicais para impor as suas reivindicações — sem querermos entrar no mérito das mesmas.

III

O "equivoco", a má avaliação "das forças sociais e políticas", que fizeram com que o imenso potencial mobilizado se perdesse finalmente em conchavos nos corredores do Congresso Nacional e nos gabinetes dos Governadores estaduais, tem a sua origem na ideologia das diversas frações da classe dominante.

O denominador comum é o cansaço com a ditadura e a tutela militar sobre instituições civis. O verso da medalha consiste no receio presente em todas as facções burguesas — em escala maior ou menor — de uma perda do controle do movimento de base. A polarização se dá entre a "abertura lenta, gradual e controlada", e as "diretas já". O objetivo é a volta à situação de antes de 1964.

Há nuances neste aspecto, que vai de um extremo ao outro, mas nenhuma fração da classe dominante deseja pôr em risco a ordem social vigente. Ninguém pretende serrar o galho em que está sentado.

IV

Para o PT, a aceitação das palavras de ordem burguesas, a já adesão ao Comitê Suprapartidário e a conseqüente submissão a um "centralismo democrático" implicou numa renúncia antecipada à luta por um papel hegemônico da classe operária e na autolimitação do *status quo* que implica automaticamente na manutenção do presidencialismo, com todas as suas conseqüências.

Acontece que, dentre todas as formas de governo que a democracia burguesa produziu, a do presidencialismo é a mais retrógrada e é a menos democrática. Concentrando um grande poder de decisão nas mãos de um só homem, o sistema presidencialista foi comparado com uma "monarquia temporária" de quatro a seis anos, a ser revesada por outra do mesmo prazo. Fato é que o sistema presidencialista na América Latina, em grande parte, manteve um caráter semi-bonapartista, que facilitou mais de uma vez o passo decisivo do estabelecimento de uma ditadura bonapartista.

Pode parecer que todos estes problemas foram superados pelo próprio desenvolvimento dos acontecimentos. Então, porque discuti-los ainda? Não podemos concordar com este posicionamento. Em primeiro lugar, temos de ter

consciência de que a ditadura não desmoronou frente à estratégia das oposições unidas. Estas não souberam impor-se nem no Congresso. O que derrotou a ditadura foram contradições internas, o fracionamento do partido governamental, no que o Sr. Maluf teve o seu indiscutível mérito. A ditadura foi derrotada por uma frente, formada pelo MDB e os dissidentes do partido governamental, à base de concessões mútuas. É evidente que estas concessões contêm os elementos do continuísmo, que marcam a "Nova República" desde o seu nascimento e que facilitam ao Sr. Tancredo a sua propagação do "pacto social".

Em segundo lugar, a campanha pelas diretas, assim como foi levada, reforçou a ala direita no próprio PT. Só não houve, como consequência, maior pressão para a ida ao Colégio Eleitoral e o voto a favor de Tancredo, porque a candidatura Maluf já estava desmoronando a olho nu.

Atualmente, os direitistas se agrupam em torno da palavra de ordem da convocação de uma Assembléia Constituinte. A frente não é nova. Formada por seitas de origem ideológica chinesa e russa (stalinistas e trotskistas) aliadas aos semi-liberais, que representam camadas da classe média no PT, tentou mais uma vez virar a mesa nas discussões internas. A direção, apoiada na grande maioria dos militantes, se negou a dar apoio à palavra de ordem, que nas circunstâncias teria significado apoio à Constituinte. As novas deliberações da liderança, que implicam na participação na campanha pró-Constituinte, campanha que ao ver da liderança seria uma nova edição da campanha das "diretas já", anulam as posições anteriores, justas e corajosas.

A Constituinte virá, isto não há dúvida. Ela virá, antes de tudo, porque a classe dominante precisa dela para negociar uma nova superestrutura, que corresponda às novas relações de forças, após a derrocada da ditadura aberta e indireta da burguesia. O objetivo da Constituinte é o estabelecimento de uma ditadura direta da burguesia, isto é, direta porque sem o intermédio das Forças Armadas, mas velada, sob um manto de democracia. Esse fato já justificaria a desconfiança que um partido de trabalhadores deveria nutrir em relação à Constituinte convocada nas condições de hoje.

Parece haver um mal entendido em tudo isto. O fato de a Constituinte vir e estar na ordem do dia não significa de maneira alguma, que temos de apoiá-la. Temos de participar dela. Temos de levantar no meio das forças políticas adversas as reivindicações da classe operária e dos trabalhadores em geral. E temos de aproveitar as contradições no seio da classe dominante para conseguir alguma coisa. Mas não podemos espalhar ilusões em torno da Assembléia. Ilusões democráticas desarmam as classes dominadas. Nossa tarefa é armar os trabalhadores com desconfiança para que possam exercer pressão de fora para dentro, tal como em qualquer política parlamentar revolucionária.

(Rio, fevereiro de 1985)

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞